

Discurso do Presidente da República

Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na cerimônia de encerramento do 1º Seminário Internacional de Fundos de Pensão

Hotel Sofitel, Rio de Janeiro-RJ, 28 de maio de 2003

Excelentíssima senhora Rosinha Garotinho, governadora do estado do Rio de Janeiro.

Meus companheiros Presidentes dos Fundos de Pensão, da Previ, da Petrus e da Funcef.

Meus companheiros ministros Gushiken, Luiz Dulci,

Meu caro Jorge Mattoso, presidente da Caixa Econômica Federal,

Secretários,

Dirigentes sindicais,

Representantes da Vale do Rio Doce, da Embraer, da Perdigão, da Petrobrás,

Companheiros sindicalistas,

Meus amigos e minhas amigas representantes de fundos de pensão de outros países, que vieram participar deste Seminário,

Faz algum tempo, eu tenho discutido com o movimento sindical brasileiro a necessidade, não de o sindicato abrir mão da razão de ser da sua existência, enquanto órgão de representação dos interesses dos trabalhadores; não de o sindicato abrir mão das lutas corporativas tão necessárias em países onde as relações de capital e trabalho, muitas vezes, são tão injustas.

Eu tenho ponderado ao movimento sindical que, em função da globalização, em função da reestruturação produtiva acontecida na maioria das empresas no mundo inteiro, em função dos avanços da tecnologia, o movimento sindical não pode mais agir, ou não deveria mais agir, como a minha turma agiu na década de 80. Afinal de contas, são passados vinte e poucos anos desde então, e acho que houve uma revolução comportamental tanto de trabalhadores quanto de empresários e de



Discurso do Presidente da República

governos.

Tenho feito apelos ou, pelo menos, fazia, antes de ser Presidente da República, no sentido de que os sindicatos deveriam ter um papel mais cidadão, que o sindicato deveria lembrar-se de que, quando estamos na porta de uma fábrica, na porta de um banco, na porta de uma loja ou, porque não dizer, de uma repartição pública, nós estamos falando com o trabalhador daquela categoria específica. Mas esse cidadão tem outros interesses, além do corporativo. Essas pessoas têm interesse em cultura, em transporte, em habitação, em saneamento básico e, também, em melhorar a sua qualidade de vida e ter um pouco mais de certeza, no futuro, para elas e para suas famílias.

E, portanto, o movimento sindical teria alguns instrumentos para acionar e para se preparar para esse novo milênio que estamos vivendo. O primeiro é que o movimento sindical precisa fazer mais política do que fez até os dias de hoje. E, quando falo em fazer mais política, não é se filiar a partidos políticos. É exercer o seu papel de agente representante do conjunto dos trabalhadores para, junto às diferentes instâncias do poder público, reivindicar outras coisas que, até então, não era habitual que nós reivindicássemos.

Eu sempre dou como exemplo as reformas que o Brasil precisa que sejam feitas. Quando nós discutimos tributos, muitas vezes um representante de uma categoria acha que aquilo não interessa, que aquilo é uma coisa do Congresso Nacional, quando, na verdade, a discussão da política tributária pode resultar num aumento para ele maior do que aquele que receberia com uma greve, pode melhorar substancialmente uma fatia importante do seu salário. Quando discutimos uma lei, a reforma da Previdência ou qualquer outro assunto no Congresso Nacional ou no âmbito do Poder Executivo, isso tem a ver com os interesses dos trabalhadores que, muitas vezes, no anonimato, nem sabem que aquilo está sendo votado ou está sendo discutido. E o movimento sindical, como instrumento de representação dos trabalhadores, precisaria se ater a essa nova lógica de atuação do movimento sindical. Não existe uma única decisão que se toma no Congresso Nacional ou que



Discurso do Presidente da República

se toma no Poder Executivo que, direta ou indiretamente, não repercuta no bolso do trabalhador brasileiro, ou para mais para menos. E no Brasil, historicamente, sempre é para menos.

O movimento sindical brasileiro, nessa nova fase que eu acredito que deva entrar, precisa compreender o papel que têm os fundos de pensão. Eu me lembro que, no começo da minha vida sindical, a grande tese discutida era se nós, trabalhadores, iríamos ou não criar um banco de trabalhadores. Nós éramos tão prudentes que achávamos que este banco só podia ter dinheiro dos trabalhadores. Eu acho que a inteligência da maioria não permitiu que este banco, tão classista e tão ideologizado, pudesse funcionar. Mas a verdade é que, mais do que nunca, neste mundo, mercados invisíveis que nós nem conhecemos, às vezes, determinam a subida ou a queda de um país, o crescimento ou falência de uma empresa, a taxa de juros, a taxa de câmbio, o crescimento ou o subdesenvolvimento de um país. É preciso que os trabalhadores tenham um instrumento de pressão maior do que os instrumentos que, historicamente, nós tivemos: que era o direito da nossa organização, o direito à greve.

Eu acredito que o movimento sindical e, sobretudo, os trabalhadores de todas as entidades deveriam começar a adquirir consciência de que ter dinheiro é ter parte do poder no mundo globalizado e no mundo capitalista. Nós sabemos que qualquer instituição tem mais importância ou é levada mais a sério em qualquer discussão sobre o modelo de desenvolvimento, sobre crescimento econômico ou quando se definem prioridades para um país, na medida em que tem dinheiro.

Tenho consciência de que os fundos de pensão têm como premissa básica a sustentabilidade da pensão, da aposentadoria, para os seus filiados. Portanto, os fundos de pensão não podem investir para perder. Precisam investir para ganhar, de preferência razoavelmente bem, porque quanto mais forte for o fundo de pensão, mais regalias ele poderá oferecer aos seus filiados e mais influência ele poderá ter em algumas decisões no nosso país.

Foi o caso das privatizações brasileiras. Obviamente que, se eu tivesse sido



Discurso do Presidente da República

indagado na época, eu não teria dúvida em dizer que era contra os fundos entrarem para comprar ativos públicos brasileiros, ativos públicos que, muitas vezes, no momento, contribuíam muito mais para despedir trabalhadores do que para contratar. Entretanto, muitas das intervenções dos fundos e empresas deram resultados. E nós assistimos, hoje, algumas empresas bem-sucedidas com a participação dos fundos de pensão importantes no Brasil.

Acontece que o montante dos fundos no Brasil, se olharmos a diferença com outros países mais desenvolvidos, é praticamente nada. O montante que estes fundos detêm, apesar da quantia, em reais, de 180 bilhões parecer muito, isso convertido para o dólar daria 60 bilhões de dólares, o que, perto de fundos nos Estados Unidos ou em outros países é quase nada, até pela quantidade de trabalhadores organizados em entidades que nós temos no Brasil. É uma discussão nova, mas que começa a ser feita com uma certa grandeza, quando vocês resolveram convocar o primeiro Seminário Internacional de Fundos de Pensão.

É importante lembrar que, logo depois da posse, eu tive uma conversa com Luiz Gushiken que, dentre os companheiros que trabalham comigo, é o mais entusiasta dos fundos de pensão, junto com o companheiro Sérgio Rosa. E nós começamos a discutir a necessidade de aprofundar a discussão sobre fundos de pensão, inclusive em outras categorias profissionais. Chegamos a ficar sonhando que a Ordem dos Advogados do Brasil, com quase 800 mil advogados, poderia ser um grande fundo de pensão neste país, com bilhões de reais para investimento, assim como outras tantas categorias de funcionários públicos, de trabalhadores da iniciativa privada.

O que é importante é que estamos no momento de começar a discutir com um pouco mais de profundidade – e, por isso, um encontro internacional como este é importante – o que fazer, para que os investimentos dos fundos possam se transformar em políticas sociais que possam ser utilizadas pelo conjunto da sociedade. Acho que esse é um desafio que precisa ser feito e é um desafio que precisa ser colocado na Mesa, porque vamos começar a fazer esse debate aqui, no



Discurso do Presidente da República

Brasil. E vamos começar a fazer esse debate com companheiros que participam de fundos importantes em outros países do mundo, para que a gente comece a discutir as possibilidades para investimento em países em vias de desenvolvimento, desde que, obviamente, os companheiros tenham a garantia do retorno do seu dinheiro aplicado, uma vantagem que lhes é preciso oferecer, porque nem a iniciativa privada e muito menos os fundos de pensão vão querer investir numa coisa que não dê resultados.

E nós entendemos que este é o momento em que precisamos repensar primeiro o papel do movimento sindical no mundo, se vamos continuar a fazer sindicalismo como fazíamos no século passado; se as mudanças que houve no mundo não significam nada nas mudanças do nosso comportamento. Em função de um mercado financeiro cada vez mais voraz, precisamos recuperar se os fundos de pensão terão ou não um papel, embora de aplicadores, onde haja aplicação com uma visão social, o que não poderemos cobrar, obviamente, de um banco particular ou de um fundo particular, mas que poderemos discutir, politicamente, com os fundos de pensão.

No caso do Brasil, um país que tem apenas 17% do seu PIB de poupança interna, mais do que nunca essa discussão será feita. E vai ser feita da forma mais aberta, mais plural, mais democrática possível, porque, se não tivermos poupança, não teremos investimento. E, se não tivermos investimento, o país não cresce. E, se o país não cresce, não gera empregos. E, se não cresce e não gera empregos, não gera riquezas. E, se não gera empregos, não cresce e não se desenvolve, nós continuaremos a ser um país em vias de desenvolvimento, um país emergente, um país do futuro. E nós precisamos nos transformar no país do presente, até porque acho que tudo que é pensado a longo prazo demora muito. Nós temos que começar a pensar, pelo menos, a médio prazo, porque no curto prazo também não consequimos fazer muita coisa.

Mas é preciso, por exemplo, que se discuta, no mundo inteiro, como resolver o problema habitacional e o déficit na maioria dos países do mundo; como resolver o



Discurso do Presidente da República

problema do saneamento básico; como garantir que se possa compartilhar esses fundos, nacional e internacionalmente, que podem ter uma outra destinação, respeitando sempre a lógica da garantia, porque os trabalhadores não podem perder os seus investimentos. Mas, de qualquer forma, nós temos que garantir a utilização social de uma parte desse dinheiro. Não pode ser apenas uma coisa eminentemente de mercado, uma coisa eminentemente de investimento em empresas.

Eu estou convencido de que este Seminário, sem saber o que vocês já discutiram, tem uma motivação nobre. Primeiro, porque é o primeiro seminário internacional que é feito. Segundo, eu acho que é a primeira troca de experiência viva entre os mais diferentes fundos, as mais diferentes experiências econômicas e, quem sabe, as mais diferentes formas de investimento, que existem em todos os países do mundo.

Terceiro, porque é possível que se estabeleça, em cada país, a partir de uma discussão como esta, um papel com uma visão social para os fundos. Eu, por exemplo, acho que os fundos de pensão, no mundo inteiro, deveriam ter uma visão de solidariedade maior que a do Citibank, por exemplo, maior que a de um banco privado. Porque, além do fundo ser dos trabalhadores, eu acredito que o pensamento dos trabalhadores têm mais espírito de solidariedade do que o espírito de um agente financeiro. E nós queremos trabalhar isso, interna e externamente. Os representantes dos fundos podem ficar certos de que, a partir deste Seminário, muita gente do meu Governo vai visitar países e conversar com os fundos de pensão, para saber o que pode ser feito num país como o Brasil, um país que tem todas as possibilidades de dar um salto de qualidade, que tem uma economia importante, que tem uma base industrial respeitável, que tem uma base tecnológica mais do que respeitável e num país que, agora, está se dando uma chance. O Brasil, na verdade, está dando uma chance a si mesmo, tentando envolver todos os segmentos da sociedade para discutir o seu futuro.

Pela primeira vez, na história do Brasil, nós estamos fazendo com que a discussão de um Plano Plurianual que é a meta estabelecida para os próximos



Discurso do Presidente da República

quatro anos, não seja uma peça de ficção de um Governo. Estamos fazendo com que ele seja debatido com os governadores, com os empresários, com os sindicalistas, com os intelectuais, com os cientistas. Por quê? Porque, afinal de contas, o plano de desenvolvimento para um país não pode ser de um partido ou de um governo, tem que ser da sociedade, como regra básica para que seja cumprido na sua totalidade, independentemente de quem seja o candidato eleito. Lamentavelmente, não é assim que funcionam as coisas no nosso país.

Vocês sabem que nós temos compromissos históricos. Eu tenho dito todo santo dia, quando me deito e quando me levanto: nós não temos o direito de errar e muito menos o direito de fracassar. A simbologia da vitória de um torneiro mecânico, de um sindicalista, para governar um país da dimensão do Brasil, não pode deixar de dar os resultados que foram a esperança contida na consciência de milhões de pessoas e, porque não dizer, milhões de pessoas espalhadas por vários continentes.

Nós precisamos transformar essa novidade em políticas concretas. Nós precisamos transformar essa vontade em gestos diferenciados do que foi feito, até então, na relação do Brasil com o chamado mundo desenvolvido, na relação do Brasil com investidores estrangeiros, na relação do Brasil com os fundos de pensão. Nós não temos o direito de continuar com a mesma relação e, muito menos, ninguém tem o direito de achar que, pelo fato de eu ter sido eleito Presidente da República, sou apenas mais um candidato que está passando por aí, como tantos já passaram, em mais de cem anos de República. Não é. Nós não elegemos um homem, nós elegemos uma parte da história do nosso continente e do nosso país.

Um homem pode até fracassar, a história não pode. Portanto, a nossa obrigação e a nossa responsabilidade são muito maiores. E muito maiores do que em qualquer outro momento histórico. Por isso eu quero aproveitar para citar o nome de três companheiros que estão na Mesa: do companheiro Sérgio Rosa, do companheiro Guilherme Lacerda e do companheiro Wagner Pinheiro, da Petros, da Funcef e da Previ. Em nome de todos os representantes de fundos que estão aqui, do meu país, mesmo os menores, que vocês estejam certos de que nunca, na



Discurso do Presidente da República

história deste país, se discutirão tanto fundos de pensão e o seu papel como vamos discutir nesses próximos anos. Primeiro, tentando incentivar as mais diferentes categorias de trabalhadores do nosso país a criarem o seu próprio fundo. E isso é um trabalho, eu diria, de uma grandeza incomensurável. Segundo, discutindo mais seriamente com os nossos parceiros de outros países que também participam de fundos de pensão, para que a gente possa fazer parcerias e muitos investimentos no Brasil. Terceiro, para que a gente discuta, de uma vez por todas, como os fundos podem contribuir para resolvermos parte dos problemas que parecem insolúveis no nosso país, como, por exemplo, um modelo econômico construído há 10 ou 15 anos, que não permite que a economia saia do modelo de uma bicicleta, daquelas de apartamento, em que você faz ginástica, pedala, pedala, e ela continua no mesmo lugar.

Nós precisamos colocar essa bicicleta para andar para vermos outras paisagens – a paisagem do crescimento, a paisagem sem criança na rua, sem prostituição infantil, sem trabalho escravo, sem trabalho infantil, sem favela, sem esgoto a céu aberto. Isso só será visto se essa bicicleta começar a andar em direção a coisas melhores.

E os fundos de pensão podem começar a pensar que o papel de vocês, daqui para a frente, deverá ser muito mais nobre, do ponto de vista social, do que foi até os dias de hoje.

Eu não tenho dúvida nenhuma de que o Governo, junto com vocês, não só será competente para convencer aqueles que ainda não estão convencidos, como será capaz de convencer os fundos de pensão do exterior a estabelecer parcerias com os fundos de pensão do Brasil, para que a gente comece a fazer os investimentos corretos, com uma visão social mais plena. Para que a gente possa sonhar em acabar com a pobreza absoluta que, hoje, permeia e perpassa a cabeça de quase um terço da Humanidade.

É com essa esperança, com essa expectativa que participo deste Seminário. Espero que outros sejam feitos, e não deixem de me convidar para os próximos.



Discurso do Presidente da República

Muito obrigado.